



NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMADO MODEL UNITED NATIONS 2025

CSNU

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS



TEMA DO COMITÊ

**Disputas geopolíticas no mar do sul da China:
Inovação armamentista e a ameaça à
cibersegurança**

Ainá Elizabeth Souto Alves
Carolina Conceição Ribeiro
Gustavo Lino Vasconcelos dos Santos
Julie Feuchard de Cerqueira Lima
Laura Macedo Barreto Cavalcante França
Rebeca Catharine Oliveira Leal Dórea
Vitória Alice Silva Guedes

GUIA TEMÁTICO AMUN 2025*
Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

Guia temático e de contextualização sobre o tema abordado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas do evento Amado Model United Nations 2025.

SALVADOR
2025

*Revisão e/ou diagramação: Fernanda Brasil, Guilherme Uzêda, Gustavo Pita, Juliana Cidreira, Luísa Melina e Tiago Matos

SUMÁRIO

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO	3
2. SOBRE A ONU	4
3. SOBRE O COMITÊ	6
4. HISTÓRICO DO TEMA	8
5. CONCEITOS ESSENCIAIS	10
6. PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA	12
7. FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES	14
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Sejam muito bem-vindos à 4ª edição da *Amado Model United Nations* (AMUN) 2025. É com grande entusiasmo que apresentamos, pela primeira vez em nossa simulação, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Neste contexto, a AMUN 2025 traz como tema para o Conselho de Segurança das Nações Unidas: Disputas geopolíticas no Mar do Sul da China: inovação armamentista e a ameaça à cibersegurança.

Tal temática mantém sua atemporalidade tendo em vista a crescente militarização da região do Mar do Sul da China, somada à intensificação da corrida tecnológica entre grandes potências, o que tem levantado sérias preocupações quanto à estabilidade regional e global. As disputas territoriais nesse espaço estratégico envolvem interesses econômicos, rotas marítimas essenciais e avanços bélico-tecnológicos que desafiam o equilíbrio geopolítico no Indo-Pacífico.

Paralelamente, a cibersegurança emerge como uma nova dimensão do conflito: ataques cibernéticos, espionagem digital e vulnerabilidades em infraestruturas críticas são hoje ferramentas estratégicas no tabuleiro das Relações Internacionais. Diante desse cenário, o CSNU é instado a agir frente aos riscos de escalada militar, à violação de normas do direito internacional — como a soberania dos Estados e a proibição do uso da força, previstas na Carta das Nações Unidas — e à crescente assimetria no uso da tecnologia como instrumento de poder.

Tendo isto posto, convidamos os senhores a assumirem o papel de delegados e contamos com a presença de todos, durante os dias 18 e 19 de setembro, para debatermos sobre a evolução tecnológica vinculada à segurança e paz mundial.

Desejamos uma ótima simulação a todos!

Cordialmente,

Comissão Organizadora do CSNU 2025.

2. SOBRE A ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional fundada em 24 de outubro de 1945, após a devastação da Segunda Guerra Mundial. Com o objetivo de evitar futuros conflitos e promover a paz e a cooperação global, a ONU surgiu como uma evolução da Liga das Nações, que havia falhado em prevenir a eclosão da guerra. Hoje, é composta por 193 Estados-membros e desempenha um papel crucial em questões como diplomacia internacional, direitos humanos, assistência humanitária e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a organização mantém uma presença ativa em diversos países através de missões de manutenção da paz, escritórios regionais e programas de assistência. Essas operações contribuem para a efetivação de políticas e programas no território — como: ajuda humanitária, manutenção de segurança, proteção de refugiados e migrantes, entre outros — , buscando suprir as necessidades locais. Atualmente, as missões de paz das Nações Unidas estão presentes globalmente, como por exemplo, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) e Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), estas contam com a presença de forças de paz, que visam promover cessar-fogos, proteger civis e apoiar processos de paz.

Já os escritórios regionais coordenam as atividades das agências internacionais em diferentes partes do mundo, garantindo uma abordagem coesa e eficiente para enfrentar os desafios regionais. Em complemento, a ONU também oferece assistência técnica a países em desenvolvimento, ajudando-os a fortalecer suas capacidades institucionais e a implementar políticas eficazes em áreas como governança, saúde e educação.

Assim, a organização trabalha em estreita colaboração com diversas partes interessadas, incluindo governos, organizações não governamentais, setor privado e outras entidades internacionais. Essas parcerias são essenciais para mobilizar recursos, compartilhar conhecimentos e implementar soluções inovadoras para os desafios globais. As ONGs atuam como parceiras nestes programas, enquanto empresas privadas são incentivadas a práticas empresariais responsáveis e sustentáveis através de iniciativas como o Pacto Global. Além disso, a ONU também coordena esforços em conjunto com outras organizações internacionais, como a União Europeia, a Organização dos Estados Americanos e a União Africana, para promover uma harmonia internacional.

Desse modo, a instituição continua a ser um fórum essencial para a diplomacia multilateral e a cooperação diante do cenário internacional atual. Em um mundo cada vez mais conectado e interdependente, desempenha um papel relevante na preservação e manutenção do cenário global. Sua capacidade de reunir países em torno de objetivos comuns e de mobilizar recursos e conhecimentos para enfrentar desafios globais têm contribuído para a construção e estabelecimento de regimes caros às relações internacionais, como o ambiental ou o de direitos humanos.

3. SOBRE O COMITÊ

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsável por lidar com situações de ameaça à paz, rupturas da ordem internacional e atos de agressão que coloquem em risco a segurança coletiva.

Criado em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, o CSNU teve sua primeira sessão realizada em 17 de janeiro de 1946. O comitê atua como o principal mecanismo institucional para a manutenção da paz e da segurança internacional. Dessa forma, o Conselho de Segurança é o único órgão do sistema ONU capaz de aplicar decisões mandatórias para todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas, podendo inclusive autorizar intervenção militar para garantir a execução de suas resoluções.

Internamente, o CSNU é composto por 15 membros: cinco membros permanentes com poder de veto — Estados Unidos, Reino Unido, China, Rússia e França — e dez membros rotativos, eleitos pela Assembleia Geral da ONU para mandatos de dois anos. As resoluções do Conselho só são aprovadas com, no mínimo, **nove votos favoráveis entre os quinze membros** — esse é o **quórum necessário para deliberações no CSNU**. No entanto, mesmo que esse número seja atingido, a aprovação dependerá da ausência de votos contrários por parte dos cinco membros permanentes, pois um voto negativo de qualquer um deles configura o chamado direito de veto, impedindo a adoção da resolução. É importante destacar que a abstenção de um membro permanente não equivale a um veto e, portanto, não impede a aprovação da medida.

Tendo em vista o compromisso do CSNU com a segurança internacional, as principais atuações do comitê podem envolver: negociações, mediações, conciliações, entre outras ações a fim de cumprir sua principal responsabilidade: a manutenção da paz e segurança. Nesse sentido, conforme os Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança pode estabelecer medidas a serem aplicadas contra Estados cujas condutas forem contra as normas de manutenção da paz e da segurança internacional. Entre essas medidas estão o embargo de armas, a imposição de sanções amplas e, inclusive, a autorização para intervenção armada. Essas providências representam a autoridade do Conselho de Segurança, pois independe do consentimento das partes envolvidas no conflito.

Na AMUN, o CSNU é estruturado a partir de sessões — sessão de abertura, sessões plenárias e sessão de encerramento — que serão mediadas e guiadas pela mesa-diretora. Assim, a sessão de abertura será o momento inicial do debate, onde os delegados terão a oportunidade de proferir o posicionamento oficial do seu país. Já as sessões plenárias correspondem aos momentos de discussão e votação dos pontos da Agenda. Por fim, a sessão de encerramento consiste no momento final do debate, onde os senhores delegados definirão, por meio da aprovação ou rejeição do Projeto de Resolução, se o Conselho foi bem-sucedido ou não em sua missão.

4. HISTÓRICO DO TEMA

O Mar do Sul da China é uma das regiões geopolíticas mais estratégicas e disputadas da atualidade. Localizado em uma rota essencial entre a Ásia e o Pacífico, por onde transitam cerca de um terço do comércio marítimo global, esse mar desempenha papel vital no fluxo econômico internacional. Além de sua importância comercial, a região é rica em recursos naturais — como petróleo, gás natural e zonas pesqueiras altamente produtivas — o que a torna ainda mais cobiçada. Diversos países, como China, Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan, disputam partes desse território, em especial áreas como as Ilhas Spratly e Paracel. A China reivindica grande parte da região com base na chamada “linha de nove traços”, uma demarcação histórica contestada internacionalmente e considerada sem validade jurídica por um tribunal arbitral em 2016. Mesmo assim, o país tem reforçado sua presença militar por meio da construção de ilhas artificiais, instalação de pistas de pouso, radares, sistemas antimísseis e outras infra estruturas defensivas, o que tem gerado reações de potências como os Estados Unidos, que, por sua vez, intensificam patrulhas navais e parcerias estratégicas na área. (OLIVEIRA, 2019)

Contudo, as disputas não se limitam à geografia física. Nas últimas décadas, o conflito se expandiu para outras dimensões estratégicas, como o domínio digital, cibernético, informacional e ambiental. A introdução de tecnologias emergentes, como veículos autônomos, mísseis de precisão e sistemas baseados em inteligência artificial, tem redefinido a lógica da guerra e da dissuasão. A chamada *guerra algorítmica* já está em curso, com sistemas automatizados de vigilância, análise preditiva de movimentos militares e ciberdefesa funcionando com pouca ou nenhuma intervenção humana. Apesar da eficiência que esses sistemas oferecem, eles também carregam riscos significativos: decisões letais tomadas por algoritmos, possibilidade de erros de cálculo e reações automáticas que podem escalar conflitos de forma involuntária. Além disso, há uma crescente preocupação jurídica e ética sobre a responsabilidade por danos causados por essas tecnologias autônomas em ambientes militares.

Simultaneamente, o ciberespaço consolidou-se como um campo de batalha silencioso e sofisticado. Governos da região vêm investindo pesadamente em capacidades cibernéticas ofensivas e defensivas, empregando ações como: espionagem digital, sabotagem de infraestruturas críticas, roubo de propriedade intelectual e campanhas organizadas de

desinformação. Dentro desse contexto, os cabos submarinos que atravessam o Mar do Sul da China ganham um papel estratégico central. Responsáveis por transportar cerca de 95% das comunicações digitais globais, esses cabos são vulneráveis a tentativas de interceptação, sabotagem ou controle geopolítico. Um ataque bem-sucedido a essas estruturas pode comprometer operações militares, travar sistemas financeiros e gerar instabilidade internacional em larga escala, tornando-os alvos cada vez mais valorizados em tempos de competição estratégica. (SILVA, 2016)

A dimensão ambiental também é um fator relevante, embora muitas vezes subestimado. A militarização da região, com a construção de ilhas artificiais, tem causado sérios danos a ecossistemas marinhos, como recifes de corais, afetando negativamente a biodiversidade local e a segurança alimentar de comunidades costeiras que dependem da pesca. A degradação ambiental, somada à escassez de recursos naturais, pode agravar disputas interestatais por zonas de pesca, fomentar deslocamentos populacionais e contribuir para o surgimento de crises humanitárias, tornando-se um novo vetor de instabilidade. Em paralelo, cresce o uso de estratégias de guerra informacional. Governos têm recorrido a redes sociais, *bots* e plataformas digitais para espalhar desinformação, manipular a opinião pública, desestabilizar adversários e construir narrativas favoráveis aos seus interesses. Esse tipo de operação afeta diretamente a diplomacia internacional, enfraquece alianças regionais e compromete a construção de consensos multilaterais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o Mar do Sul da China ultrapassa sua condição de espaço físico em disputa e se transforma em uma arena complexa, onde se entrelaçam dimensões territoriais, militares, tecnológicas, ambientais, digitais e simbólicas. A região representa hoje um microcosmo dos conflitos do século XXI, nos quais as linhas de frente nem sempre estão visíveis, e onde o controle sobre dados, narrativas e infraestruturas críticas pode ser tão decisivo quanto o domínio de ilhas e rotas marítimas. Compreender essa realidade exige uma abordagem transversal, crítica e multidimensional, capaz de analisar os novos campos de batalha que moldam a ordem internacional contemporânea.

5. CONCEITOS ESSENCIAIS

Após a compreensão dos elementos iniciais do comitê, é de suma importância apresentar e esclarecer conceitos essenciais que contribuirão para o entendimento aprofundado e a melhoria do desempenho das delegações em relação à temática proposta. Ao apresentar tais conceitos, o comitê visa promover um entendimento comum entre os delegados, favorecendo o diálogo produtivo, a construção de soluções consistentes e fomentando uma abordagem crítica, para assim ampliar a capacidade de formulação de respostas diplomáticas coerentes e eficazes.

- 1. Paz e Segurança Internacional:** Apresentam-se como objetivo central do CSNU. A utilização dos termos refere-se à prevenção, mediação e resolução de conflitos armados ou ameaças que comprometam a estabilidade global ou regional. Inclui ações preventivas, resolução de disputas, imposição de medidas coercitivas e reconstrução pós-conflito.
- 2. Geopolítica:** Define-se como o estudo do poder político em relação à geografia. No contexto internacional, refere-se à maneira como Estados usam recursos territoriais, econômicos, militares e estratégicos para expandir sua influência e defender seus interesses.
- 3. Segurança Cibernética:** Refere-se ao conjunto de estratégias e práticas voltadas à proteção de sistemas, redes e dados contra ataques digitais, espionagem e sabotagem. Atualmente, ela ganha relevância como instrumento de guerra híbrida e ameaça não convencional à paz.
- 4. Soberania Marítima:** É o direito de um Estado exercer controle sobre determinadas áreas marítimas, segundo os princípios do Direito Internacional, principalmente a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).
- 5. Ameaças Assimétricas:** Entende-se como as estratégias empregadas por atores estatais ou não-estatais que, diante de uma desvantagem militar convencional, utilizam meios alternativos como guerra cibernética, ataques surpresa, propaganda, drones, ou táticas não convencionais para desestabilizar o adversário.
- 6. Sanções:** Refere-se às medidas coercitivas aprovadas pelo CSNU contra Estados ou indivíduos que ameacem a paz. Podem ser econômicas, diplomáticas, financeiras ou militares. Objetivam forçar mudanças de comportamento sem recorrer à força armada.

7. **Operações de Paz:** Missões lideradas pela ONU com o objetivo de manter ou restaurar a paz em áreas de conflito. Envolvem observadores, forças militares, ajuda humanitária e apoio à reconstrução.
8. **Domínio Digital:** Refere-se como o espaço onde ocorrem operações relacionadas à informação digital, como o armazenamento, a comunicação, o processamento e o controle de dados, que geralmente são realizados através de redes cibernéticas. No contexto da segurança e da geopolítica, vêm sendo considerado o quinto domínio da guerra (além da terra, mar, ar e espaço), sendo palco de disputas estratégicas envolvendo governos, empresas e atores não estatais. Nos conflitos atuais tem se tornado cada vez mais importante, o domínio de tecnologias avançadas no campo de guerra tem se tornado essencial, tanto para defesa, como ataque.
9. **Ciberespaço:** Entende-se como, um ambiente virtual construído a partir da interconexão de computadores e sistemas informáticos em escala global. Não sendo apenas uma rede técnica, mas também um espaço social, político e econômico, onde indivíduos, organizações e Estados interagem e competem, se tornando portanto um espaço vital para os dias atuais, onde as cadeias globais de valor estão baseadas. Apesar de ser imaterial, envolve infraestruturas físicas (como servidores e cabos de dados), softwares e os fluxos de informação. Nos conflitos mais recentes, tem sido ameaçado, por ser alvo de ataques bélicos, sobretudo as megaestruturas, como os cabos submarinos e os data centers.
10. **Espionagem Digital:** Apresenta-se como a prática de coletar, de forma clandestina, dados e informações sigilosas de governos, empresas ou indivíduos por meio de recursos de tecnologia avançada. Essa espionagem pode ter finalidades políticas, militares, comerciais e/ou de vigilância, e é realizada por meio de softwares espíões, malwares, ataques hackers e/ou brechas de segurança. Ultimamente, tem sido utilizada nos tempos atuais como arma de guerra, seja para desestabilizar governos ou até mesmo para dificultar a ação de exércitos nos conflitos atuais.

6. PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA

Conforme explicitado anteriormente, o Mar da China se configura como uma das regiões geopolíticas mais importantes na atualidade. Atualmente, a China reivindica a maior parte da região marítima, a partir da chamada *Linha de Novos Traços*. Trata-se de uma demarcação geográfica composta originalmente por nove linhas descontínuas que envolvem aproximadamente 85% da área total do mar. Essa linha foi oficialmente publicada pela primeira vez em mapas chineses na década de 1940, durante o período da República da China. Segundo a UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), os Estados costeiros têm direito a uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de até 200 milhas náuticas a partir de suas linhas de base, mas a "linha de nove traços" ultrapassa esses limites, abrangendo áreas que se encontram dentro das ZEE de outros países, como Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Indonésia.

Nesse sentido, as disputas geopolíticas para a reivindicação da região passam a ser mais complexificadas, principalmente com o aporte tecnológico e inovações militares. Um aspecto importante é o processo de modernização das forças armadas, impulsionado tanto pela China quanto por seus rivais estratégicos. A incorporação de tecnologias emergentes, como veículos aéreos não tripulados (drones de vigilância e ataque), sistemas de mísseis hipersônicos e de precisão guiada, além de plataformas de guerra cibernética e eletrônica, tem elevado consideravelmente a complexidade e a periculosidade do equilíbrio militar na região. Tais avanços tecnológicos não apenas ampliam a capacidade de projeção de poder, como também reduzem o tempo de resposta em eventuais confrontos, aumentando os riscos de escalada não intencional.

Ainda nesse cenário, as nações envolvidas nas disputas no Mar do Sul da China têm direcionado investimentos significativos ao desenvolvimento de capacidades cibernéticas, tanto ofensivas quanto defensivas, com o objetivo de assegurar superioridade estratégica e proteger suas infraestruturas críticas. Podem ser vistas inúmeras manifestações dessas capacidades nessas operações nesse domínio, dentre as quais se destacam a espionagem digital, voltada à obtenção de informações sensíveis sobre estratégias militares, negociações diplomáticas e políticas de defesa; a sabotagem de infraestruturas essenciais, como redes de comunicação, sistemas de energia, portos e instalações militares; os ataques a sistemas de navegação e defesa, com o intuito de comprometer a segurança de operações marítimas; o roubo de propriedade intelectual e tecnológica, especialmente em setores estratégicos como o

de defesa e inovação; e, por fim, a realização de campanhas de desinformação e manipulação digital, que visam influenciar a opinião pública, desestabilizar governos e ampliar a vantagem política no contexto da rivalidade regional.

O Mar do Sul da China (MSC) é o centro econômico da região, que além do grande fluxo comercial detém riquezas naturais e minerais. Como resultado de sua localização geográfica, o mar torna-se palco de interesses e conflitos não só entre países que o circundam, mas também aqueles que disputam hegemonia mundial. Suas Ilhas, como Spratly e Paracel, são vistas como ilhas geoestratégicas por conta de sua localização, visto que garantem a proteção de países cercados pelo MSC e funcionam como uma porta de entrada para terras litorâneas do Sul e do Sudeste asiático.

Ademais, outro motivo para as tensões crescentes acerca do mar são as chamadas SLOCS, linhas de código fontes, ou *Chokepoints*, que são canais de rota para o comércio global que uma vez bloqueados, podem trazer danos para a economia mundial em razão do MSC ser responsável pela frota de inúmeros navios cargueiros. Utilizando de estratégias como a de negação do uso do mar (A2/AD), a China coloca-se como proprietária das águas, impedindo o avanço de outros países na região. No entanto, a dependência atribuída ao MSC pelos chineses, principalmente no estreito de Malaca, pode ser negativa para o país, na medida que qualquer movimento mais brusco que ocorra naquela região pode ocasionar o bloqueio dos canais. Com o crescimento da China no MSC, países têm se aproximado para tratar de estratégias a fim de barrar a hegemonia chinesa no continente asiático.

Além dos movimentos na região da Ásia, os Estados Unidos também têm planos para conter o crescimento econômico e militar da China na região IndoPacífico, apostando em organizações como o Fórum de Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) e no pacto militar com a Austrália e com o Reino Unido. Tendo em vista que o MSC é localizado em um ponto do tabuleiro global de muita importância para os Estados no escopo estratégico-econômico, falar do jogo dos mares é compreender os mecanismos de ataque e defesa, principalmente no que tange Estados Unidos e China, uma vez que estes dois gigantes do cenário mundial estão em busca de assegurar sua hegemonia, sobretudo em regiões estratégicas.

Portanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi chamado para analisar a situação, cabe ao Senhores delegados negociar uma alternativa de paz para a região, sugerir ações claras para repensar a maneira mais eficiente de agir como atores internacionais em situações de instabilidade internacional.

7. FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES

A sessão tem início com a mesa diretora abrindo formalmente a reunião, se apresentando e dando as boas-vindas a todos os presentes. Em seguida, realiza-se a Roll Call (Chamada de Países), momento em que, ao ouvir o nome de sua delegação, o delegado deve responder “Presente” ou “Presente e votante”.

Posteriormente, a agenda — documento que orienta os tópicos prioritários para discussão no comitê — é apresentada e votada, passando a nortear o restante das sessões. Com a aprovação da agenda, a mesa diretora dá início aos discursos iniciais, momento em que todas as delegações são chamadas em ordem alfabética para apresentar suas intenções e posições iniciais, e os próximos argumentos para o debate. Logo após os discursos iniciais, a mesa declara aberta a lista de oradores, e os delegados devem levantar suas placas para solicitar a inclusão. A palavra é concedida conforme a ordem dos pedidos, sendo que cada delegado dispõe de 1 minuto e 30 segundos para proferir seu discurso, podendo esse tempo ser alterado mediante uma moção para mudança do tempo de discurso.

Na primeira sessão, os delegados devem apresentar seus posicionamentos, com argumentos sólidos, baseados nos tópicos da agenda. Com o desenvolvimento do debate, são elaborados os Documentos de Trabalho, nos quais são sugeridas soluções para as questões discutidas em cada tópico da agenda. Esses documentos são apresentados à mesa diretora para revisão e, em seguida, debatidos formalmente antes da votação.

Durante a última sessão do comitê será requerida, apresentada e votada a Proposta de resolução final— que simboliza o encerramento do comitê proposto e possibilita o início da votação deste documento, sendo necessário que um delegado discursse a favor do documento e dois contra. Durante a votação, os delegados podem se posicionar com os votos: A favor, Contra ou Abstenção. A proposta de resolução, após ser votada, representa o resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo das sessões.

Para finalizar oficialmente cada dia de simulação, é necessário solicitar uma moção para encerramento da sessão, que, ao ser aceita pela mesa diretora, encerra formalmente os debates do dia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do CSNU agradece a participação de todos e preza pela melhor experiência dos envolvidos na Amado Model United Nations 2025. Que os senhores disponham do necessário para o cumprir de maneira plena e eficaz todas as etapas, bem como compreender e estudar o material disponibilizado.

Este comitê segue os preceitos do CSNU, buscamos conscientizar e ressaltar a importância do debate acerca da segurança nacional e manutenção da paz, respeitando os dizeres da autodeterminação. Seguindo estes princípios, buscamos solucionar as problemáticas vislumbradas no comitê, como disputas geopolíticas e suas consequências para a soberania das nações, a fim de promover a paz e melhoria para o futuro.

Sua participação é de suma importância, e gostaríamos de desejar uma ótima simulação a todos.

Atenciosamente,

Comissão Organizadora do CSNU, 2025.